

INVESTIGANDO A RELAÇÃO JOVENS, FAMÍLIA E TRABALHO: ASPECTOS QUE PERMEIAM A EXCLUSÃO ESCOLAR JUVENIL NO ENSINO MÉDIO

Licinia Maria Correa – UFMG

Agência(s) Financiadora(s): Fundo das Nações Unidas para a Infância/Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica

1 O contexto da pesquisa

O trabalho apresenta os resultados parciais da pesquisa intitulada “A exclusão de jovens adolescentes de 15 a 17 anos no ensino médio no Brasil: desafios e perspectivas”, cujo objetivo é discutir, em caráter exploratório, os aspectos que permeiam a exclusão de jovens adolescentes nas escolas de ensino médio do Brasil. A pesquisa constitui parte de um amplo estudo, de caráter internacional, intitulado “Iniciativas para lidar com a exclusão de adolescentes na Educação de Ensino Médio” (Addressing the exclusion of adolescents in Upper Secondary Education Initiative-EUASI), implementada pela UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e o Instituto de Estatísticas da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)¹.

A discussão aqui apresentada se constitui em três movimentos complementares que serão descritos separadamente. Num primeiro movimento, procuramos explicitar os marcos teóricos que fundamentam nosso olhar sobre a juventude. O segundo movimento será compreender a proposta metodológica do projeto internacional e, a partir dessas bases já instituídas, evidenciar a construção de nosso roteiro de pesquisa. O terceiro movimento é a discussão dos resultados desta primeira fase da investigação.

Nossa análise buscou articular as informações obtidas junto aos jovens através de um pequeno questionário aplicado no início de cada grupo focal com os depoimentos

¹ A pesquisa internacional “Iniciativas para lidar com a exclusão de adolescentes na Educação de Nível Médio” (EAUSI), coordenada pela UNICEF, se desenvolve em torno de três componentes principais: a construção de “Perfis” de jovens excluídos, a identificação de “Barreiras e Gargalos” que possam explicar as causas da exclusão e as “Políticas e Estratégias” para lidar com a exclusão. O estudo inclui 24 países, todos eles países em desenvolvimento de renda média da África, Leste da Ásia, Leste Europeu e América Latina. A pesquisa incorpora dois níveis de análise. O primeiro traz uma visão agregada do problema dos jovens excluídos da escola nos 24 países em foco, derivando daí os Perfis, as Barreiras e Gargalos, e as Políticas e as Estratégias. Isso permitirá alcançar uma visão ampla da magnitude da exclusão, de suas causas subjacentes e das políticas e ações amplas para lidar com elas. O segundo nível consiste em uma análise detalhada de quatro países, no caso Brasil, Indonésia, México e Turquia. Neste caso, está sendo desenvolvida em cada país uma pesquisa quantitativa a partir das bases de dados locais com informações relevantes que serão analisadas para alcançar uma visão mais detalhada das características da exclusão. Ao mesmo tempo, está sendo desenvolvida uma pesquisa de caráter qualitativo por meio de grupos focais e entrevistas em profundidade para levantar dados complementares e adensar o escopo da investigação. É neste âmbito que se situa a investigação que apresentamos neste trabalho.

dos mesmos expressos tanto nos grupos quanto nas entrevistas, mas também com dados secundários nacionais, analisando-os à luz do conhecimento acumulado no Brasil a partir de pesquisas e textos produzidos sobre os diferentes aspectos da realidade juvenil e da relação entre os jovens e a escola. Inicialmente, discutimos o contexto socioeconômico e cultural em que se inserem os jovens pesquisados, enfatizando a realidade familiar e sua relação com a escola, seguido por uma análise da relação que os jovens estabelecem com o trabalho, suas tensões e possibilidades, sempre na ótica dos mesmos.

2 Definindo pressupostos: adolescência ou juventude?

No documento “Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais”, Freitas (2005) afirma a concomitância no uso desses dois termos que revelam a disputa por diferentes abordagens. No que se refere às políticas públicas, há uma tendência a distinguir este período da vida denominado juventude em dois momentos. Enquanto a adolescência corresponderia à faixa etária dos 12 aos 17 anos, a juventude refere-se à fase posterior, que consistiria na construção de trajetórias de entrada na vida social.

Nossas escolhas teóricas partem da idéia de que os conceitos de adolescência e juventude correspondem a uma construção social, histórica, cultural e relacional que, através das diferentes épocas, processos históricos e sociais, foram adquirindo denotações e delimitações diferentes (Leon, 2009). E assim é porque ambos os conceitos se referem a uma idade da vida que é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação.

De um lado, há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, ligadas a mudanças significativas no desenvolvimento físico e psicológico. De outro, há diferentes construções históricas e sociais relacionadas a esse tempo/ciclo da vida, de acordo com o momento histórico e a cultura de cada grupo social específico.

De uma forma genérica, podemos afirmar que a psicologia tende a utilizar a noção de adolescência na perspectiva de uma análise que parte do sujeito particular, de seus processos de transformação. Já as ciências sociais, em especial a sociologia e antropologia, tendem a utilizar-se da noção de juventude, centrando nas relações sociais possíveis de serem estabelecidas por sujeitos ou grupos particulares nas formações sociais, na identificação de vínculos ou rupturas (Bajoit, 2003, apud Leon, 2009). Mas,

em cada campo disciplinar, também existem polêmicas próprias, com um debate entre diferentes concepções que não cabe nos limites deste trabalho².

Na análise dos dados empíricos desta pesquisa, optamos conceitualmente pela noção de juventude e o fazemos por duas razões.

a) Primeiramente, entendemos que o conceito juventude pode nos fornecer um arsenal teórico mais robusto devido às especificidades dos jovens pesquisados e às questões postas para a análise. Nesse sentido, consideramos a juventude³ como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. A juventude não se constitui em uma etapa com um fim predeterminado, menos ainda um momento de preparação para a vida adulta.

A juventude não se reduz a uma passagem, mas assume uma importância em si mesma como um momento de exercício de inserção social, no qual o sujeito vai se descobrindo e descortinando as possibilidades em todas as instâncias da vida social, desde a dimensão biológica e a afetiva até a profissional. Ganha contornos próprios em contextos históricos, sociais e culturais distintos, e é marcada pela diversidade nas condições sociais (origem de classe, por exemplo), culturais (etnias, identidades religiosas, valores, etc.), de gênero e até mesmo geográficas, dentre outros aspectos.

No que se refere a esse primeiro aspecto de nossa escolha conceitual, podemos dizer de forma mais geral que pertencer a uma determinada faixa etária – e à juventude, particularmente – representa para cada indivíduo uma condição provisória, transitória vivida em processo dinâmico. Isso significa que os indivíduos não “pertencem” a grupos etários: eles os *atravessam* (cf. Levi & Schmitt, 1996). Esse processo se faz de maneira diferenciada em cada sociedade, determinado, por um lado, pelas atitudes sociais (a atitude dos “outros” no seu confronto) e, por outro, pela visão que os jovens têm de si mesmos. Levi & Schmitt (1996) observam que esse processo de atravessamento não se caracteriza de modo estável ou universal, distinguindo-se do que poderia ser uma simples passagem etária. Desse modo, pensar o “ser jovem” implica reconhecer a condição dos sujeitos aí imbricados, as questões intrínsecas dos seus âmbitos de relações e os conflitos aí gestados.

² Para situar melhor a discussão entre os conceitos de adolescência e juventude, ver LEÓN (2009).

³ Para uma discussão mais ampla sobre a noção de juventude, ver Pais (1993); Sposito (1993, 2000); Peralva (1997); Feixa (1998), dentre outros.

Além de ser marcada pela diversidade, a juventude é uma categoria dinâmica, transformando-se na medida das mutações sociais que vêm ocorrendo ao longo da história. Na realidade, não há tanto uma juventude, e, sim, jovens, enquanto sujeitos que a experimentam e que constroem - segundo determinado contexto sociocultural onde se inserem - modos de ser jovem. É nesse sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existente.

b) A segunda razão da escolha por essa abordagem focada no conceito de juventude(s) apresenta um caráter prevalentemente político. No Brasil, a juventude, enquanto uma faixa significativa da população, ainda não tem sido reconhecida, de fato, como sujeito de direitos. No plano das políticas públicas, um primeiro avanço significativo nesse processo se deu em torno das lutas pelos direitos da criança e do adolescente, que se concretizaram no Estatuto da Criança e do Adolescente. O ECA, com todo o seu arcabouço jurídico, significou um marco na tomada de consciência pública de que os jovens demandam uma proteção especial da sociedade na medida em que o seu processo de desenvolvimento físico, psicológico e social ainda continua em curso.

Contudo, ao mesmo tempo que representou um avanço significativo, construiu um efeito perverso ao definir o marco dos 18 anos como momento final dos direitos. No campo das políticas públicas, tudo se passa como se o jovem, a partir dessa idade, já pudesse ser considerado adulto. Uma das evidências dessa realidade é o fato de, até meados de 2000, praticamente não existirem ações públicas voltadas especificamente para os jovens acima de 18 anos (Sposito, 2007, Papa e Freitas, 2003 e 2011). Nesse âmbito, reiterar a noção de juventude nas pesquisas e ações públicas é uma forma de dar visibilidade às questões, demandas e necessidades da juventude, entendida de uma forma mais ampla.

No contexto dessa diversidade, indagamos: quem são, efetivamente, os jovens de quem falamos nesta pesquisa? São sujeitos situados na faixa etária de 15 a 17 anos, ou seja, em uma primeira fase da juventude, que apresentam uma especificidade do seu desenvolvimento físico, psicológico e social⁴. São sujeitos que estão no limiar da exclusão escolar. Tais características evidenciam a centralidade de políticas públicas

⁴ Considerando as características e especificidades dos/as jovens nesta faixa etária, nesta pesquisa optamos em nomeá-los como jovens adolescentes⁴.

voltadas a essa faixa da população de tal forma que os jovens adolescentes de 15 a 17 tenham condições efetivas de se integrar na sociedade e que sejam garantidos os seus direitos, incluindo o acesso a oportunidades de escolarização.

3 A proposta metodológica desta investigação no contexto do projeto internacional

Orientados por um roteiro que serve de base aos países participantes da pesquisa, procuramos focalizar grupos de jovens adolescentes excluídos da escola, ou em processo de exclusão, cujos perfis já estavam delineados na pesquisa EUASI. As informações sobre os padrões e as causas da exclusão foram coletadas por intermédio de grupos focais e entrevistas com jovens de 15 a 17 anos.

Um conjunto de 09 (nove) grupos focais (GF) e 19 (dezenove) entrevistas em profundidade foi realizado nas cidades de Belo Horizonte e Brasília, respectivamente, no período de outubro a novembro de 2012. A escolha das referidas cidades foi orientada pela coordenação internacional da pesquisa e pautou-se tanto na preocupação em atender a critérios estabelecidos previamente (realizar GFs e entrevistas nas capitais dos países envolvidos na investigação), quanto em um interesse dos pesquisadores em ampliar o campo empírico, realizar um conjunto de grupos e entrevistas em outras cidades brasileiras. Para esta primeira fase, optamos por realizar a pesquisa em Belo Horizonte, dada a proximidade geográfica. Na segunda fase, a pesquisa será ampliada para mais três cidades: São Paulo, Belém e Fortaleza.

O Grupo Focal trata-se de uma técnica de pesquisa qualitativa que consiste em uma “entrevista” em grupo, na qual a participação de todos os integrantes é fundamental. A obtenção dos dados ocorre por meio da discussão sobre um tema específico, não se tratando, no entanto, de uma mera sequência de perguntas e respostas, como uma entrevista comum. Ao invés disto, prima-se pela interação entre os participantes que, no decorrer da discussão, podem rever suas opiniões e pontos de vista, refazendo suas colocações.

Entre as vantagens da realização de um Grupo Focal, destaca-se a possibilidade de analisar o grau de homogeneidade ou de variância das respostas de diferentes indivíduos reunidos ao mesmo tempo e em um mesmo local. Além disto, os grupos focais nos possibilitam captar a “perspectiva dos participantes” sobre os assuntos abordados e investigar o sistema de significados do grupo em interação, ou seja, o quadro referencial dentro do qual os participantes interpretam seus pensamentos, sentimentos e ações. Há, sobretudo, a potencialidade em estimular novas ideias a

respeito do assunto em discussão e a possibilidade de estimular os participantes a buscar argumentos que normalmente não seriam lembrados caso estivessem dando um depoimento isolado.

A entrevista em profundidade, por sua vez, foi utilizada como técnica complementar aos grupos focais. Os participantes das entrevistas foram escolhidos entre os participantes do grupo focal, seguindo critérios de variabilidade interna e disponibilidade em conceder a entrevista. Além da potencialidade de captar valores, intencionalidades e significados, as entrevistas foram utilizadas na expectativa de nos aproximarmos das experiências reais de cada indivíduo, que ilustram, de modo direto e indireto, a realidade dos adolescentes excluídos da escola e as causas e consequências de suas situações de exclusão.

4 Jovens, contextos familiares e escolarização

Os 9 grupos focais realizados envolveram 87 jovens, sendo 46 em Belo Horizonte e 41 em Brasília. Deste total, 57,5% eram homens e 42,5% mulheres. Perguntados pela sua cor/raça, os jovens na sua maioria declararam-se pardos (51,7%) seguidos de pretos (21,8%), o que perfaz um total de 73,6% de negros⁵. Do total de jovens, apenas 18,4% se declararam brancos. Além destes, 2,3% se declararam indígenas e 5,7% de amarelos.

No que tange à dimensão familiar, constatamos que a maioria dos jovens adolescentes integra famílias que estão situadas nos setores mais empobrecidos da população. Perguntados pela renda aproximada das pessoas que vivem na sua casa, 64% deles afirma estar em famílias cuja renda média chega até a 3 salários mínimos. No outro extremo, apenas 2 jovens (2,3%) afirmam estar em famílias com renda acima de 9 salários mínimos⁶.

Essas informações confirmam que os avanços significativos nas políticas públicas voltadas para a superação da pobreza no Brasil ainda não lograram sobrepujar

⁵ Utilizaremos neste trabalho as categorias adotadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), para as quais a categoria negro é a soma de respondentes autodeclarados pretos e pardos.

⁶ Convém explicitar nossa posição quanto à definição social dos jovens desta pesquisa. Tanto Castells (1995) quanto Martins (1997) advertem sobre a imprecisão em caracterizá-los como "excluídos", criticando um certo fetichismo da ideia da exclusão, que tende a suprimir as mediações existentes entre a economia e outros níveis e dimensões da realidade social. Desse modo, nossa opção conceitual é caracterizá-los como jovens pobres, vivenciando formas frágeis e insuficientes de inclusão num contexto de uma nova desigualdade social: a desigualdade que implica a sofisticação dos mecanismos de mobilidade social para a maioria da população.

o grande fosso da desigualdade social. Podemos afirmar que as famílias dos setores mais empobrecidos da população, como as dos jovens adolescentes pesquisados, ainda se veem responsabilizadas por garantir a reprodução dos seus membros, não contando com mecanismos suficientes que as possam "ajudar a se ajudar" (Sarti,1999).

Outro aspecto importante nesta análise é a complexidade das formas de organização familiar manifestas nos depoimentos e nas informações coletadas nos questionários. Tal complexidade se assenta na constituição familiar (muitos jovens adolescentes afirmam morar somente com a mãe ou mesmo com a avó ou parentes), mas também nas diversas expressões de tensões e desafios vivenciados pelos jovens em suas vivências escolares.

Diante dessa realidade, tem sido comum, principalmente entre professores do ensino médio, um discurso de senso comum que atribui à suposta “desestruturação familiar” as explicações para a trajetória escolar precária dos jovens ou mesmo a seu comportamento no cotidiano escolar . Tal discurso desconsidera as transformações que vêm ocorrendo nas famílias brasileiras e as complexas relações entre família e escola que extrapolam uma relação de causa e efeito com a pobreza.

Aliás, o fato da organização familiar ser monoparental parece não significar em si mesmo uma variável que interfira na vida escolar dos jovens. Grande parte dos depoimentos nos quais o jovem afirmava morar apenas com a mãe e, em um ou outro caso, apenas com o pai não apontou este fato como um problema. Ao contrário, os jovens insistiam em como a mãe os pressionava para continuarem na escola, como veremos posteriormente. Inúmeras pesquisas realizadas com jovens das camadas populares revelam a importância da mãe no estímulo e no acompanhamento escolar dos filhos, além de estar presente nos projetos de futuro formulados por muitos deles.

A família se coloca como uma instância significativa para a compreensão dos projetos de vida dos jovens, nos quais ocupa um lugar central tanto como motivação para sua formulação quanto no conteúdo expresso. Os jovens entrevistados revelam um sentido de obrigação em relação à família, mas existe também a dimensão moral de uma retribuição aos pais pelo que já receberam até então. Nesse sentido, a família – e nela principalmente a mãe – aparecia como uma instância moral estruturada a partir do eixo do "dar, receber, retribuir", segundo uma moral da reciprocidade, diante da qual os jovens sentem-se na obrigação de um dia retribuir pelo que fizeram por eles até então.

Entretanto, não podemos negar o peso das condições econômicas, culturais e sociais na definição das trajetórias escolares dos jovens pesquisados. É inegável que as condições de sobrevivência da família marcadas pela pobreza e pela falta de acesso aos bens materiais e simbólicos interferem na construção de um determinado percurso escolar. Ainda mais quando são ressaltadas pela vulnerabilidade social, com condições precarizadas de moradia e do próprio território, não dispondo de equipamentos públicos mínimos como suporte na socialização dos filhos. Nestes casos, fica evidente a força dos condicionantes sociais como barreiras para as trajetórias escolares, como nos conta uma jovem pesquisada:

A minha dificuldade foi porque eu e minha mãe brigava (sic) muito, aí ela me mandava para a casa do meu pai, aí eu não gosto de ficar com o meu pai porque eu não posso fazer nada, aí eu ficava para lá e para cá, aí eu perdi a escolaridade. Eu ficava nesse ritmo... Aí eu fui morar com a minha avó, mesmo assim eu parei (de estudar), fui trabalhar coma minha irmã, ela não quis assinar a minha carteira aí eu fui e saí. Agora eu fico lá dependendo da minha tia e da minha avó, estou lá morando com ela, minha avó também é cadeirante, aí eu resolvi largar minha mãe para lá e ficar só com a minha avó mesmo. (GD3 BH⁷)

O depoimento da jovem deixa claro como a instabilidade familiar, aliada à precarização das condições de vida, pode ser um fator de exclusão escolar. Nesse contexto, outros jovens relataram situações de violência doméstica que interferiram diretamente na frequência escolar, como é o caso desta jovem:

A primeira vez que eu reprovei foi por causa do meu pai mesmo, ele batia muito na minha mãe a gente teve que se

⁷ Os depoimentos dos jovens serão identificados através da legenda abaixo:

GD1 BH = Grupo focal 1 Belo Horizonte

GD1 BSB = Grupo focal 1 Brasília

GD1 EP A BH = Primeira entrevista do Grupo focal 1 Belo Horizonte

GD1 EP B BH = Segunda entrevista do Grupo focal 1 Belo Horizonte

GD1 EP A BSB = Primeira entrevista do Grupo focal 1 Brasília

GD1 EP A BSB = Segunda entrevista do Grupo focal 1 Brasília

GD2 BH = Grupo focal 2 Belo Horizonte

GD2 BSB = Grupo focal 2 Brasília

Os demais seguem nesta mesma lógica.

mudar porque ele ia atrás dela, todo lugar que a gente ia, na casa da família da gente ele sabia de todo lugar que a família da gente morava, todo lugar ele sabia, ele ia lá batia nela, aí a gente teve que mudar e eu tive que parar de ir pra escola, foi essa a primeira vez que eu reprovei. (GD4 BSB)

Ainda nessa dimensão da violência, alguns jovens, em menor proporção, trouxeram casos de envolvimento com drogas e homicídios como possíveis causas de trajetórias escolares instáveis, como nos relata esta jovem de Brasília:

A minha família ela é muito, assim, tem só gente que mexe com essas coisas errada, aí dá até desânimo de estudar. Eu ia para a escola, antes, na quinta série eu ia, estudava, eu era a melhor aluna. Mas depois foi dando um desgosto de ir, a minha mãe, minha mãe usa droga, aí foi dando desgosto de ir pra escola. (GD2 BSB)

Ainda relacionadas à realidade familiar, outras causas apontadas pelos jovens para o abandono escolar ou mesmo para explicar as trajetórias instáveis foram as doenças na família e os problemas psicológicos:

A minha avó ela é cadeirante, depois que meu tio morreu, ela tava entrando em depressão. Aí ainda deu um trem nela na coluna assim que paralisou as pernas... Ela assim praticamente precisa da cadeira de rodas prá tudo ainda, agente vai no médico, no banheiro, põe ela para tomar banho, aí eu fico tomando conta dela. Aí parei de estudar.... (GD3 EP A BH)

Quando eu saí da escola eu estava na quinta série, foi quando o meu pai faleceu. Aí eu estudei, mas reprovei. Aí depois eu fui parando, entendeu? Quando meu pai faleceu, quem me incentivava muito era ele, aí meu pai faleceu e eu fui ficando desanimada e comecei a ficar bagunçando, fazendo essas coisas. Eu não era disso, aí eu peguei e tive de sair (da escola).
GD1 BSB

4.1 - Relação entre processos de escolarização nas famílias e trajetórias escolares juvenis

Aliada ao contexto socioeconômico e cultural das famílias, muitas vezes reforçando-o, é preciso situar a escolaridade das famílias, precisamente dos pais. Na pesquisa, ficou evidente que este é outro fator que pode interferir nas trajetórias escolares dos jovens. Podemos constatar que as mães apresentam uma escolaridade um pouco maior que os pais, mas ambos, na sua maioria, não possuem ensino médio completo (64,4% das mães e 59,8% dos pais). Chama a atenção o fato de 26,4% deles não saberem da escolaridade do pai ou padrasto enquanto apenas 2,3% não sabiam da escolaridade da mãe, o que o pode apontar o que já discutimos sobre a presença mais marcante da mãe na socialização dos pesquisados.

Dentre os jovens pesquisados, há casos nos quais ninguém na família continua estudando, como relata este jovem de Brasília:

Da minha família a única pessoa que continua a estudar foi minha prima, o resto todo reprovou, largou a escola. Ela era a única que não tinha reprovado. GD4 BSB

Ou mesmo estes de Belo Horizonte:

Todo mundo lá em casa parou na sexta série, minha mãe estudou até na quinta série, eu não tenho pai. GD2 BH

Para ter boa família, igual a minha mãe parou no primeiro grau, meu irmão chegou ao primeiro grau também e quis parar de estudar, mas se minha mãe tivesse acabado o segundo grau ele ia ter que acabar também, porque ela foi xingar ele e ele falou que ela tinha parado no primeiro grau também! GD1 BH

Nesses casos, os jovens parecem não ter modelos em quem se mirar já que demonstram ser os mais escolarizados da família. Estudos evidenciam que as famílias com baixa escolaridade tendem a apresentar maiores dificuldades em compreender e lidar com a cultura escolar e suas regras, em elaborar projetos educacionais que se concretizam na busca de melhores escolas, na valorização e aquisição de livros, em acompanhar a rotina escolar dos filhos bem como valorizar as tarefas escolares, todas essas variáveis que podem contribuir para a produtividade escolar (Canedo, 2012).

Mas grande parte dos jovens pesquisados estão inseridos em famílias nas quais ocorre uma variação geracional significativa, com mães e pais apresentando pouca escolaridade e os irmãos com escolaridades diferenciadas:

Lá em casa a escolaridade é muito baixa. Minha mãe estudou pouco porque ela nasceu na roça e na cidade do interior é uma dificuldade muito grande você ir para a escola, ela estudou só até a oitava série. Mesmo assim porque ela saiu da roça e foi morar em uma outra cidade para poder estudar. Agora, meu pai estudou só até a sexta série porque a mãe dele achava que estudo não era nada na vida dele e que ele tinha que trabalhar. Agora, lá em casa é uma desigualdade muito grande, eu já tenho uma irmã que já formou, tem meu irmão que parou de estudar e não quer saber da escola. Lá em casa é um conflito muito grande de escolaridade. GD5 BH

Vários desses jovens tenderam a explicar a baixa escolaridade dos pais pelas dificuldades de acesso à escola e à pobreza, servindo inclusive para reforçar o discurso dos pais sobre a importância deles continuarem os estudos para não terem uma vida de dificuldade como a dos mesmos.

A realidade comum a todos os jovens pesquisados foi a trajetória escolar instável: eles são já excluídos ou em vias de exclusão da escola. Perguntados sobre como as famílias lidavam com essa situação, os depoimentos dos jovens nos grupos focais e nas entrevistas foram unânimes em reconhecer que a família se coloca quase sempre a favor da continuidade dos estudos, como nos relata este jovem de Belo Horizonte:

Minha mãe, meu pai me incentivava, ele exigia assim que eu fosse à aula, ele não olhava as coisas como minha mãe fazia se eu copieei a matéria toda, se fazia dever de casa, se estava estudando antes da prova, essas coisas assim, minha mãe foi a que mais me incentivou. GD4 EP A BH

Depoimentos como este foram comuns, evidenciando que essas famílias atribuem importância à escolaridade dos filhos. Chama a atenção no conjunto dos depoimentos o papel preponderante da mãe nesse processo, que é aquela que sempre aparece nos depoimentos incentivando ou cobrando a permanência do filho na escola.

Em algumas famílias, o discurso da mãe revela a compreensão da função da escola na vida do filho, como afirma este jovem de Belo Horizonte:

...Eu nunca fui assim de estudar, mas a minha mãe fica assim me forçando né oh. Fica em cima de mim. Fala que eu tenho que estudar, porque quando eu crescer não vou conseguir achar um emprego bom. Aí eu estudo, por conta da minha mãe, porque se não fosse por conta da minha mãe estudava não. Eu não converso com meu pai (...) mas minha mãe me incentiva: “não pára de estudar!”, porque eu tenho que estudar, porque quando eu crescer eu não vou achar um emprego bom, porque agora todo serviço que a gente for tem que ter escolaridade...
GD1 EP A BH

Este depoimento é paradigmático e levanta os principais argumentos utilizados pelas famílias para tentar convencer os jovens da necessidade da frequência escolar e principalmente da conclusão da escolarização. Reforça a importância da escola por meio de um dos seus possíveis resultados, o bom emprego através da certificação, minimizando a importância dos conhecimentos a serem adquiridos no cotidiano escolar, no presente. A importância da escola sempre aparece como uma promessa de futuro, sem explicitar claramente seu valor ou sentido no presente. É interessante perceber que esse discurso está muito enraizado no senso comum e é também presente na própria escola através de seus professores.

Em boa parte dos depoimentos, foi comum os jovens atribuírem a si mesmos a responsabilidade pela exclusão escolar, alegando os mais diferentes motivos que serão discutidos posteriormente. Fica evidente que a família e, especificamente, as mães têm limites em obrigar os filhos à frequência escolar na medida em que vão ficando mais velhos e ganham maior autonomia⁸. É importante chamar a atenção também para um discurso comum aos jovens pesquisados em reconhecer que a saída da escola não foi uma boa ideia, foi “uma burrada”, sempre acompanhada da promessa de um retorno posterior.

⁸ Esta alegação é muito comum quando a escola cobra a presença do filho como condicionalidade para o recebimento da bolsa família, para o desespero de muitas mães.

4.2 - Os jovens, o trabalho e seus processos de escolarização

O trabalho e sua relação com a escolarização é outro aspecto que aparece reiteradamente nos depoimentos dos jovens pesquisados. Grande parte deles estava trabalhando ou em busca de emprego no momento da pesquisa. Essa situação expressa uma realidade nacional na qual, segundo a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD 2009), 69,6% dos jovens de 15 a 29 anos estavam trabalhando ou buscando ativamente um trabalho. Destes, 36,0% eram jovens de 15 a 17 anos. Podemos afirmar assim que, no Brasil, a juventude não pode ser caracterizada pela moratória em relação ao trabalho, como é comum nos países europeus. Ao contrário, para grande parcela de jovens, a condição juvenil só é vivenciada porque trabalham, garantindo o mínimo de recursos para o lazer, o namoro ou o consumo.

Ao analisar dados da pesquisa Perfil da Juventude Brasileira, Guimarães (2005) informa que o trabalho é tema que está na ordem do dia para os jovens brasileiros, ou seja, é dotado de múltiplos significados e aparece como um valor, uma necessidade e um direito. O trabalho é uma necessidade sentida pelos jovens. A tal ponto que, instados a escolher, aparece como o primeiro, segundo e terceiro assunto de interesse. Assunto que no seu reverso constitui um problema, quando o fantasma do desemprego entra em cena. Guimarães (2005) destaca que os jovens entendem o trabalho como direito, como condição de cidadania.

Dentre os jovens pesquisados que afirmaram trabalhar, foi comum depoimentos justificando o abandono escolar em função das condições de trabalho:

...Mas eu saí da escola pelo trabalho mesmo, não tava dando tempo não estava conseguindo criar a rotina...O que acontece, eu ficava muito cansado, carregar peso, aí chegava de noite já ficava cansado, não prestava atenção. Aí falei vou deixá (a escola) só um ano, não vai atrapalhar não... GD4 EP A BH

Ou mesmo em função das distâncias e os horários, como nos relata este jovem de Brasília:

Foi a distância que me fez sair da escola. Eu trabalhava assim, porque eu saía lá da escola era 23h30min, ia para a parada de ônibus e pegava 00h00min, 00h30min, chegava em casa já tarde, no outro dia tinha que acordar cedo pra ir trabalhar,

mesma rotina, foi me cansando aquilo. Aí eu acabei desistindo mesmo. GD 4 BSB

Para esses jovens, as condições de trabalho funcionaram como uma barreira para a continuidade dos estudos. Essa realidade parece explicar a tendência na qual quanto mais aumenta a idade, mais cresce a inserção no trabalho concomitante ao abandono da escola. Se para muitos jovens é possível a conciliação entre o trabalho e a escola, para outros essa coexistência não se dá sem conflitos que são decisivos para a evasão da escola. Essa conflitualidade é maior justamente na faixa de 18 a 19 anos, época prevista para a inserção no ensino superior e âmbito decisivo para uma qualificação profissional mais especializada.

...Eu saí (da escola) foi mais por causa do serviço mesmo. Eu chegava cansado, dormia tarde, no outro dia tinha que escutar os professor falá na cabeça da gente, aí eu dormia na sala né. Direto eles chamavam a minha mãe lá, minha mãe explicava, aí eu falei com minha mãe que não ia para escola mais não... GD4
BH

Para este e grande parte dos jovens pesquisados, a escola não se mostra atrativa, ao contrário, é marcada pela “chatice”, pelo cansaço de uma fala ininterrupta dos professores, ou seja, pela falta de sentido. Portanto, o apelo ao trabalho nessa idade correlaciona-se a uma escolaridade já acidentada.

E os sentidos do trabalho? Dentre os jovens pesquisados que trabalham, foi muito comum o discurso em torno da necessidade de sobrevivência, de ajuda à família junto com o discurso sobre a independência, a autonomia, como nos relata este jovem de Belo Horizonte:

É mais o salário mesmo, né? Porque a cada dia que passa, a cada ano que passa e você vai ficando mais velho, você pensa em ter sua casa própria, seu carro, moto, só que seu. Não ter que viver mais às custas de pai e mãe, nem de nenhum responsável. Aí você pensa: Eu estou trabalhando quase o dia inteiro, ainda tenho que ir para escola, tem o serviço que eu tenho agora, tem os que eu posso arrumar ainda, não está precisando muito de escolaridade, não está exigindo nada, então eu vou parar por aqui mesmo, continuar desenvolvendo o meu

serviço, talvez se começar a precisar eu posso até fazer mais alguma coisa lá na frente.GD4 BH

O jovem tende a viver o presente. E este tempo presente lhe mostra que o trabalho permite o acesso a uma renda decisiva, num momento em que o jovem busca uma autonomia financeira que lhe possibilite a realização de pequenos gastos e capaz de lhe propiciar o acesso ao consumo e uma maior mobilidade exigida pelo trânsito social que a idade lhe permite. Entre escola e trabalho, ganha o trabalho, ou melhor, ganha alguma atividade, mesmo que precária, que lhe garanta o acesso a uma renda minimamente satisfatória. E é neste exato momento que o trabalho aparece como uma barreira para a continuidade dos estudos.

A centralidade do trabalho no imaginário juvenil e seu significado subjetivo não são uma coincidência. Grande parcela da juventude brasileira tem uma considerável experiência no mundo do trabalho que aqui analisamos como três evidências. A primeira evidência é que essa inserção juvenil no mundo do trabalho é impactada pela dinâmica demográfica e seus determinantes. As transformações no aparato produtivo explicam parcialmente as relações entre oportunidades seletivamente preenchidas e percursos no mercado de trabalho. Mas é preciso atentar para os fatores que geram o alargamento e descontinuidades etárias intervenientes na dinâmica da oferta de trabalho.

Uma segunda evidência neste quadro são as relações entre escolaridade e oportunidades de trabalho, o que nos encaminha para uma análise dos padrões de inclusão e exclusão que se manifestam no sistema escolar brasileiro. Deterioram-se as condições de trabalho para os jovens com baixa escolaridade, na mesma proporção em que aumentam as chances de emprego daqueles que concluem o ensino médio. Os que estão fora do sistema escolar e os que enfrentam a distorção idade-série têm maiores dificuldades de incluir-se no mundo do trabalho, principalmente no mercado formal.

A terceira evidência são as formas de ingresso juvenil no mercado de trabalho. Os mecanismos informais de intermediação são os mais eloquentes instrumentos de iniciar as incursões no mercado de trabalho. Geralmente, esse modo protegido e supervisionado de buscar algum tipo de rendimento e independência financeira conta com a participação da rede de familiares, conhecidos e amigos. Essas intensas transições, que deveriam ser uma exceção, constituem a regra na maior parte das trajetórias ocupacionais juvenis nos mercados metropolitanos. Não obstante as condições precárias e instáveis de inserção laboral, Guimarães (2005) reafirma que as dificuldades de inserção no mundo do trabalho não diminuem seu significado e sua

importância para a experiência social juvenil. Ao contrário, suscitam a produção de novos e diferenciados significados, que refletem os distintos contextos e trajetórias ocupacionais.

Considerações finais

Dentre outros aspectos, podemos afirmar que os jovens pesquisados e suas famílias têm a escolarização como horizonte, como meta, necessidade ou simplesmente como desejo a ser realizado. O desejo de finalizar o ensino médio, a “perspectiva” de retomar os estudos e voltar à escola para fazer um curso superior está delineada em seus projetos pessoais. Para aqueles excluídos da escola, essa ruptura não significa o abandono do projeto de escolarização.

Em seus depoimentos, os jovens evidenciam que a adesão à escola resulta de um trabalho conjugado desses jovens e suas famílias em busca de melhorar as condições materiais de vida, de superar as condições socioculturais em que se encontram. Para os jovens e suas famílias, a escola representa uma chance de escapar à condenação de “viver cada dia com sua agonia”. Contraditoriamente, é a necessidade de sobrevivência que dificulta a permanência na escola.

A entrada no mundo do trabalho, para a maioria deles, insere-se na lógica da sobrevivência. Aqueles que escapam dessa lógica tendem a ampliar suas chances de escolarização, finalizar ao ensino médio e delinear projetos de vida. Aqueles que fazem a total imersão no mundo do trabalho manifestam as dificuldades de reposicionar a escola na vida cotidiana e de retomar os estudos. Quando o trabalho, formal ou informal, entra definitivamente na vida juvenil, a escolarização tende a ocupar um plano secundário.

Os jovens informam que a “medida da eficácia da escola” não se assenta na entrada desses sujeitos no sistema educacional. Tampouco as performances de alunos, escolas, professores e famílias garantem a compreensão da relação entre processos de exclusão escolar juvenil que depreendem de uma conjugação de fatores, tais como as transformações na estratificação social, as novas condições de mobilidade social, o lugar da família e do trabalho na vida juvenil. Nesse sentido, ressaltamos a necessidade de uma morfologia do êxito e do fracasso escolar, uma perspectiva não reducionista na análise do papel da família na escolarização dos filhos que considere a alteridade familiar em respeito à escola, bem como a referencialidade da inserção sociolaboral familiar na escolarização dos jovens.

Corroborando esta assertiva, a pesquisa nos aponta que, no caso dos jovens do ensino médio na realidade brasileira, o desafio é reencontrarmos-nos com temas invisibilizados no espaço escolar, mas tão recorrentes nos depoimentos dos sujeitos de nossas pesquisas. Falar com jovens e perceber como interagem numa mesma família trajetórias escolares marcadas por condicionantes étnico raciais, de gênero e etários nos faz pensar que a educação – principalmente a escolar – defronta-se pouco e muito tangencialmente com as particularidades do sujeito. São os meandros da vida cotidiana que se imiscuem às trajetórias escolares e constituem suas opacidades.

Referencias bibliográficas

CANEDO, M. L. Possibilidades e limites de uma escola pública: percepções de famílias populares. *Revista Luso Brasileira de Sociologia da Educação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio. Edição especial, 2012

FREITAS, M. V. (org.) **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. 2ª ed. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

GUIMARÃES, N. Trabalho: uma categoria chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, H. W. e BRANCO, P. P. M. **Retratos da juventude brasileira**: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo, São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005a, p.175-214.

LEON, O. A. Uma revisão das categorias de adolescência e juventude. In: GUIMARÃES, Maria Tereza e SOUSA, Sonia M. Gomes. *Juventude e contemporaneidade: desafios e perspectivas*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos; Goiânia: Editora UFG: Canone Editorial. 2009

LEVI, G. e SCHMITT, J.. *História dos jovens: da Antiguidade à Era Moderna*. São Paulo: Companhia de Letras, 1996.

SARTI, C. Família e jovens no horizonte das ações. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 11, maio/ago. 1999.